



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 449, DE 2024

Requer, pela Liderança do PL, destaque para supressão do Capítulo XI, do Título I, na forma do Substitutivo, do Projeto de Lei da Câmara nº 29/2017.

AUTORIA: Líder do PL Carlos Portinho (PL/)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, em nome da Liderança do Partido Liberal, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, com vistas à supressão, de todo o Capítulo XI do Título I do Projeto, na forma do Substitutivo, do PLC 29/2017, que “dispõe sobre normas de seguro privado; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências”.

JUSTIFICAÇÃO

O presente destaque visa supressão de todo o Capítulo XI do Título I do PLC 29/2017, na forma do Substitutivo.

As normas contidas no Capítulo XI do PLC 29/2017 suscitam preocupações tanto em relação à sua forma quanto ao seu conteúdo.

Em primeiro lugar, do ponto de vista formal, como já existe uma regulamentação específica sobre os contratos de resseguro na Lei Complementar 126/2007, as alterações propostas deveriam ser feitas na mesma categoria normativa, ou seja, em uma lei complementar e não como uma lei ordinária, como está sendo apresentado.

Em segundo lugar, em relação ao mérito, atualmente a legislação brasileira oferece diretrizes básicas aos contratos de resseguro, permitindo que as partes tenham autonomia para definir as especificidades de cada contrato.

No entanto, o projeto de lei introduz a cláusula de aceitação tácita e normas processuais com viés intervencionista, representando uma mudança de abordagem.

Além disso, há a preocupação de que as normas propostas poderiam dificultar a operação das empresas de resseguro no Brasil, especialmente as estrangeiras, reduzindo assim a concorrência no mercado. Isso poderia, por sua vez, aumentar o custo do seguro para os consumidores brasileiros, prejudicando os segurados em última instância.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação deste destaque e a supressão do Capítulo XI do Título I, com a finalidade de privilegiar a autonomia das partes e garantir harmonia com os demais atos normativos que regulam a matéria.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2024.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)
Líder do PL

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)
Líder da Oposição